



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

200
rg.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0059386-56.2013.8.17.0001 (347925-8)

AGRAVANTES: FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADOS: JARBAS BARBOSA DE MELO E OUTROS

COMARCA: RECIFE - 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. REJEITADA. MÉRITO. EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CRIADA PELA LCE Nº 59/04. CARÁTER DE GENERALIDADE. VANTAGEM EXTENSIVA AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTA TJPE. OFENSA A CLÁUSULA DE RESEVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AS RAZÕES TRAZIDAS NO PRESENTE RECURSO NÃO SÃO SUFICIENTES PARA MODIFICAR A DECISÃO VERGASTADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 347925-8, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso de agravo**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 26 de setembro de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

201
TJ.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0059386-56.2013.8.17.0001 (347925-8)

AGRAVANTES: FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADOS: JARBAS BARBOSA DE MELO E OUTROS

COMARCA: RECIFE - 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RELATOR: DES. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de Decisão Terminativa (fls. 152/159) que negou seguimento à apelação, mantendo a sentença de primeiro grau que determinou a imediata inclusão, nos proventos dos autores/agravados, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como o pagamento das diferenças acumuladas, respeitada a prescrição quinquenal.

Em suas razões (fls. 162/181), repete o agravante os argumentos constantes na Apelação Cível (fls. 109/128), relatados na decisão ora atacada, suscitando, preliminarmente, a prescrição de fundo de direito. No mérito, alega ausência de direito à incorporação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo pela natureza *propter laborem* do benefício e a cláusula de reserva de plenário.

Pleiteia a reforma da decisão ou, em não havendo retratação, a apresentação do processo em mesa para apreciação da Corte, nos moldes do art. 557, §1º, do CPC.

Entendo por não exercer o juízo de retratação.

É o relatório.

VOTO

Transcrevo os fundamentos do *decisum* atacado:

"(...) Trata-se de recurso de apelação interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO, contra a sentença proferida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, fls. 105/106v, que, nos autos da ação ordinária, julgou parcialmente procedente o pedido do autor, determinando que o Estado incorpore aos proventos dos demandantes a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como, condenou o réu ao pagamento das parcelas inadimplidas a partir da criação da gratificação em comento, ressalvadas as parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, acrescidas de correção monetária pela tabela ENCOGE, a contar do inadimplemento de cada parcela, e juros de mora, a contar da citação (art. 219, caput, CPC), no percentual

14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

202
TJP.

estabelecido para caderneta de poupança, a partir da Lei n.º 11.960/2009.

Inconformado, o Estado apelou (fls. 109/128). Suscita, preliminarmente, a prescrição do fundo do direito do militar. No mérito, alegou que nos autos não há qualquer prova de que a Gratificação pleiteada seja de caráter genérico, pois a LC 122/08 estende a Gratificação de Policiamento Ostensivo apenas para Policiais Militares e Bombeiros que desenvolvam atividades especiais e de risco e que assim, referida Gratificação é verba de natureza condicional, variável, precária e provisória.

Por fim, alegou a ofensa à cláusula de reserva do plenário.

Apesar de devidamente intimados, os apelados não apresentaram suas contrarrazões (fls. 143).

É o importante a relatar. Decido.

• Preliminar de Prescrição do Fundo de Direito

Sustenta a apelante a prescrição de fundo de direito dos apelados, na medida em que as ações contra a Fazenda Pública prescrevem em 05(cinco) anos, a contar da data do ato ou fato de que se originarem. Sustenta que o autor ingressou com ação em 2013 e o ato/fato que fundamenta o direito do autor é datado de 2004 (Lei Complementar nº59/04).

O Decreto 20.910/32 dispõe em seu artigo 1º sobre a prescrição em favor da fazenda publica.

"As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do que se originarem".

Ainda dispõe o artigo 3º do mesmo decreto.

"a prescrição atingirá progressivamente as prestações, à medida que completarem os prazos estabelecidos pelo presente decreto".

Os autores/apelados insurgiram-se contra uma suposta omissão da Administração Pública em conceder vantagem pessoal que entende devida em decorrência da LC 59/04. Tratando-se de ato omissivo continuado do apelado, a relação é de trato sucessivo, renovando-se mês a mês o prazo para o ajuizamento da ação, caso em que a prescrição quinquenal atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

203

Esse é o entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, que restou consolidado em sua Súmula nº 85, assim concebida:

"Nas relações de trato sucessivo, em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação".

Na linha do que fora proclamado na súmula nº 85 do e. STJ, vem se posicionando este TJPE, conforme arestos a seguir:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO FUNDO DE DIREITO. REJEITADA. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE DEFESA EXTENSIVA AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. NÃO CARACTERIZADA. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, nas discussões de recebimento de vantagens pecuniárias em que não houve negativa inequívoca do próprio direito reclamado, tem-se relação de trato sucessivo, aplicando-se a Súmula 85/STJ, que prevê a prescrição apenas em relação ao período anterior a cinco anos da propositura da ação. 2. Como cedido, a Gratificação de Risco de Defesa Social, nos termos do art. 12 da LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo no Corpo de Bombeiros que estejam lotados nas Unidades Operacionais e no Comando de Serviços Técnicos e, cumulativamente, concorram à escala permanente de execução das atribuições descritas no art. 3º desta Lei Complementar, ou seja, os serviços operacionais de prevenção, prevenção aquática e proteção ambiental, vistorias, perícias técnicas e atendimento emergencial pré-hospitalar. 3. O conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 4. A discussão da questão se assemelha à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, que, inclusive, já se encontra pacificada no plano local, de forma que o reconhecimento do caráter geral é suficiente, por si só, para implicar no deferimento do pedido em favor do agravado, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário. Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal a exemplo do ARE 686995. 5. Reexame necessário Improvido. Decisão, por maioria ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do apelação Cível/Reexame Necessário de nº 0310910-0, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 29/09/2013, por maioria de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do voto, relatório e demais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

204
JP

elementos constantes deste julgamento. P.I. Recife, 26/09/2013.
Des. José Ivo de Paula Guimarães Relator

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA Nº. 85 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CARÁTER DE GENERALIDADE. VANTAGEM EXTENSIVA AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTES TJPE. PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A alegação de prescrição do fundo do direito da autora não merece guarida, pois se tratando de prestação de trato sucessivo, aplica-se a Súmula nº. 85 do Superior Tribunal de Justiça: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação". 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo tem caráter de generalidade, essencial para que seja incorporado aos proventos dos pensionistas de policiais militares falecidos. 3. Este Egrégio Tribunal, por meio das suas Câmaras de Direito Público, em diversas oportunidades decidiram pelo caráter genérico de tal Gratificação, já que devida a todos os policiais da ativa, indistintamente. 4. Apelação provida, devendo ser reformada a sentença de 1º grau, para assegurar à apelante a imediata inclusão, nos seus proventos, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, bem como o pagamento das diferenças acumuladas desde 30 de novembro de 2007, em respeito à prescrição quinquenal. 5. Inversão do ônus sucumbencial, devendo o Estado de Pernambuco ser condenado em honorários advocatícios no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº. 0304097-5, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer da Apelação e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado. Recife, 20 de agosto de 2013.
Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator

Inexiste nos autos qualquer indeferimento administrativo do direito pleiteado pelos autores/agravados e, consoante se vê da jurisprudência cotejada, por se tratar o presente caso de relação de trato sucessivo, não cabe à aplicação da prescrição quinquenal do fundo de direito.

Rejeito, pois, essa preliminar.

Mérito

Os autores/apelados, militares da reserva/reforma da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, pleiteiam a extensão em seus proventos da gratificação de risco de policiamento ostensivo instituída pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004,

JP



205
TJ

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

alegando que a vantagem ora pleiteada tem caráter geral, devendo ser extensível aos aposentados e pensionistas por força do previsto no art. 40 da CF/88.

Verifico, portanto, que o cerne da questão em discussão cinge-se em saber se a gratificação de policiamento ostensivo, ora pleiteada, é extensível a todos os militares, ou seja, se possui ela caráter de generalidade ou *propter laborem*.

Sobre a matéria, este Egrégio Tribunal, por suas Câmaras de Direito Público, já consolidou sua jurisprudência no sentido de reconhecer o caráter genérico da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04.

Dentre tantos, colaciono os seguintes julgados:

1ª Câmara de Direito Público

CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. LEI COMPLR ESTADUAL Nº 59/2004. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. POSSIBILIDADE. I - A Lei Complementar Estadual nº 59/2004 congratula com o recebimento da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, na prática, todos os tipos de atividade policial. II - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo possui natureza genérica - posto que extensível a todos aqueles que desempenham qualquer atividade típica de polícia -, sendo, portanto, lícita a sua extensão aos inativos e pensionistas. Precedentes do eg. Supremo Tribunal Federal e desta col. Corte de Justiça Estadual. III - Inexiste óbice à antecipação dos efeitos da tutela meritória contra a Fazenda Pública em matéria previdenciária. Inteligência do enunciado nº 729 da Súmula do Supremo Tribunal Federal. IV - Agravo Legal desprovido. (TJ-PE - AGV: 2758120128170000 PE 0020388-56.2012.8.17.0000, Relator: Jorge Américo Pereira de Lira, Data de Julgamento: 30/10/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 207)

2ª Câmara de Direito Público

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS/REFORMADOS. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 59/04. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. RECURSO PROVIDO. 1.A controvérsia dos autos diz respeito à possibilidade de percepção, pelos autores/agravantes, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2.De proêmio, afastou-se a arguição de prescrição do fundo do direito, tendo em vista que as relações jurídicas em tela são de trato sucessivo, e bem assim pela inexistência, nos autos, de evidência de indeferimento administrativo dos direitos pleiteados. 3.E, sendo certo que a ação foi ajuizada em 07 de novembro de 2012, restam prescritas apenas as prestações vencidas anteriormente ao quinquênio imediatamente antecedente à sua propositura. 4.No plano de mérito, verifica-se que os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

206

[Assinatura]

autores/agravantes promoveram a juntada dos documentos essenciais à propositura da ação e ao deslinde do feito, restando comprovadas as suas condições de policiais militares da PMPE - o que, aliás, não foi impugnado pela agravada - sendo certo, mais, como dito, que a questão da extensão da perquirida gratificação aos vencimentos/proventos em lume constitui matéria exclusivamente de direito. 5.No que se refere à alegada necessidade de lei específica para a fixação ou alteração da remuneração dos servidores públicos, tenho que era a própria Constituição Federal (art. 37, X) - na redação vigente à época - que amparava o direito à paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 6.Assim, o reconhecimento da verossimilhança da alegação relativa ao caráter geral da gratificação de policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido dos autores/agravantes. 7.De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, as quais compreendem, na prática, todos os tipos de atividade policial, isto a denotar o seu caráter de generalidade. 8.Nessa linha, observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. 9.Por isso, impõe-se o reconhecimento da presença tanto do fumus boni iuris como do periculum in mora na hipótese vertente (este último pelo evidente caráter alimentar da verba em lume). 10.Agravo de Instrumento provido, em ordem a reformar a decisão de primeiro grau, assegurando aos autores/agravantes o direito à percepção da integralidade de suas pensões por morte, nelas incluídas a gratificação de risco de policiamento ostensivo. (TJ-PE - AG: 343435420128170001 PE 0021653-93.2012.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 10/01/2013, 2ª Câmara de Direito Público).

Por seu turno, a jurisprudência do STF é firme no sentido de que "as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados e pensionistas, em nome do princípio da isonomia, nos termos do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta". (grifo nosso) (STF - Segunda Turma - AI 831281 PE - Relator Min. Ayres Britto - Julgado em 22/03/2011 - Publicação 104, publicado em 01/06/2011).

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

207
Top.

Assim, evidenciado o caráter de generalidade da gratificação de risco de policiamento ostensivo, sua concessão é devido a todos os militares da ativa, bem como aos aposentados e pensionistas.

Defende também a apelante a suposta violação à cláusula de reserva de plenário, na medida em que este Tribunal de Justiça ao afastar a incidência da norma em comento, na verdade estaria declarando a sua inconstitucionalidade, o que ocorreu sem observância da norma contida no art.97 da CF/88 e em desrespeito a Súmula Vinculante nº10.

A conferir sustentação a tal alegação, colaciona decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº678627, anulando acórdão da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, da relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, nos autos da Apelação nº 229.802-0, por entender que referido acórdão foi proferido em afronta ao art.97 da CF e a Súmula vinculante nº10.

Em que pese o entendimento esposado na referida decisão, o próprio STF, em outras decisões sobre a mesma matéria, firmou entendimento no sentido totalmente oposto, não reconhecendo ofensa a cláusula de reserva de plenário.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

208
[Assinatura]

declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. (...)

Perfilho do mesmo entendimento esposado acima, no sentido de que não há o que se falar em violação a cláusula de reserva de plenário, posto que nas decisões proferidas por este Tribunal, houve apenas uma interpretação extensiva da lei invocada. Não há, portanto, ofensa a Súmula Vinculante, nem ao art. 97 da Constituição Federal, visto não se tratar de hipótese de declaração de inconstitucionalidade.

Vê-se, pois, que a decisão hostilizada está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, justificando-se, por isso, a sua manutenção.

Ante o exposto, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, considerando o seu manifesto confronto com a Jurisprudência dominante do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e desta Egrégia Corte, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso, para manter a decisão atacada.
(...)"

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos aqui expendidos são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que "a reiteração de alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso" (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Por todo exposto, voto pelo **não provimento** do recurso de agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 26 de setembro de 2014.

Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator